Editorial*

Moçambique parece estar a sair lentamente de um período pós-eleitoral conturbado e traumático, marcado pela violência. Os principais partidos políticos assinaram um acordo para colaborarem na reforma do sistema político, tendo o Presidente Daniel Chapo reunido com o candidato presidencial independente Venâncio Mondlane. Embora muitos moçambicanos continuem profundamente decepcionados com o desfecho do processo eleitoral, este encontro foi amplamente visto como um sinal positivo e de esperança.

Venâncio Mondlane – o candidato presidencial que tinha apelado a protestos – submeteu um pedido para registar oficialmente o seu partido político. Durante as eleições, Mondlane aliou-se a um partido mais pequeno, o Partido para o Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS), mas a aliança desfez-se na sequência de divergências quanto ao recurso a protestos violentos para pressionar o governo a anular os resultados eleitorais, ou a formar um governo de unidade nacional.

De um modo geral, Moçambique conheceu uma história conturbada no período pós-independência, sob a liderança da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), um movimento revolucionário amplamente respeitado por rejeitar quaisquer arranjos neocoloniais com Portugal. Esta posição granjeou à FRELIMO uma admiração considerável, particularmente num contexto de desilusão generalizada após a independência na maioria dos países africanos.

Após ter conquistado a independência em 1975, sob a liderança da FRELIMO, então chefiada por Samora Machel, Moçambique adoptou um Estado socialista de partido único. De 1977 a 1992, o país enfrentou uma das guerras civis mais sangrentas de África. O conflito entre a FRELIMO e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) – um movimento rebelde criado e apoiado pela Rodésia e, mais tarde, pela África do Sul do apartheid – teve consequências devastadoras. Centenas de milhares de moçambicanos foram mortos, mutilados ou forçados a fugir para países vizinhos como refugiados. Samora Machel, o primeiro presidente do país, tornou-se uma das vítimas mais emblemáticas da guerra ao morrer num misterioso acidente de avião em 1986.

Joaquim Chissano sucedeu a Samora Machel e teve pela frente o duplo desafio de enfrentar uma guerra de desestabilização em múltiplas frentes, enquanto conduzia o país por um exigente processo de ajustamento estrutural. Este conjunto de reformas visava reorientar Moçambique da esfera de influência soviética para uma integração plena na economia de mercado global. Em 1992, Chissano firmou um acordo de paz com o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, consubstanciado nos Acordos Gerais de Paz de Roma, os quais estabeleceram as bases para a realização das primeiras eleições multipartidárias no país em 1994.

Este processo inaugurou um período de transição democrática, ainda que marcado por instabilidade política. Nas primeiras eleições multipartidárias realizadas em 1994, Joaquim Chissano derrotou Afonso Dhlakama. Apesar das tensões persistentes, ambas as partes mantiveram uma paz frágil. Chissano foi reeleito em 1999 e cumpriu o seu último mandato, tendo sido posteriormente sucedido por Armando Guebuza, vencedor das eleições de 2004 e 2009. Ao longo deste período, a FRELIMO manteve a sua posição hegemónica no sistema político, ao passo que a influência da RENAMO foi-se reduzindo progressivamente, em parte devido à sua asfixia por uma FRELIMO detentora dos recursos do Estado, que soube utilizar de forma estratégica. O surgimento de um segundo partido da oposição, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), contribuiu adicionalmente para a fragmentação da oposição.

Entre 2010 e 2019, a política eleitoral moçambicana foi marcada por uma acentuada precariedade, caracterizada por tensões renovadas e ameaças de retoma do conflito armado. Em 2012, a RENAMO voltou às hostilidades, alegando fraude eleitoral e exclusão do processo político. Esta escalada contribuiu para o

agravamento dos confrontos, sobretudo com a aproximação das eleições autárquicas de 2013. Foi estabelecido um cessar-fogo antes das eleições gerais de 2014, vencidas por Filipe Nyusi. No entanto, a RENAMO voltou a denunciar alegadas fraudes eleitorais persistentes. Em 2017, um levante islamita violento, com ligações ao Estado Islâmico (ISIS), irrompeu na província setentrional de Cabo Delgado, provocando um elevado número de mortos e o deslocamento de centenas de milhares de pessoas. O agravamento do conflito levou à intervenção de actores regionais e internacionais, incluindo forças ruandesas, no apoio às operações de contra-insurgência.

A violência pós-eleitoral de 2024–2025 assinalou uma nova fase na trajectória política de Moçambique. Esta violência ocorreu na sequência das contestadas eleições autárquicas de 2023, durante as quais a FRELIMO enfrentou sérias acusações de fraude generalizada, desencadeando protestos e agitação social. No centro da controvérsia esteve Venâncio Mondlane, então candidato da RENAMO à presidência do município de Maputo, que viria posteriormente a concorrer como candidato independente às eleições presidenciais de 2024. Relatos indicam que Mondlane rompeu com a RENAMO após o partido aceitar os resultados da eleição contestada.

Os desafios políticos contemporâneos de Moçambique podem ser compreendidos como profundamente enraizados na herança persistente da orientação ideológica marxista-leninista da FRELIMO. Tal como outros antigos movimentos de libertação actualmente no poder em várias partes do continente africano – como o MPLA em Angola, a SWAPO na Namíbia, a ZANU-PF no Zimbabwe e o ANC na África do Sul –, a FRELIMO tem sido alvo de críticas sistemáticas pela centralização do poder estatal em benefício de interesses partidários restritos. Esta prática de governação tem contribuído, de forma gradual, para a erosão da legitimidade política do partido. Importa notar que o descontentamento popular parece decorrer menos de um apoio genuíno a figuras da oposição, como Venâncio Mondlane, do que de uma crescente frustração face à dominação prolongada da FRELIMO. A admiração expressa por Mondlane por figuras políticas como Jair Bolsonaro e Donald J. Trump revela, arguivelmente, um grau preocupante de incoerência ideológica. As recentes manifestações de protesto em Moçambique evocam paralelismos com as insurreições pós-eleitorais ocorridas nos Estados Unidos a 6 de Janeiro de 2021 e no Brasil a 8 de Janeiro de 2023.

A governação inicial da FRELIMO no período pós-independência procurou implementar um Estado socialista através da nacionalização, do planeamento central e de reformas sociais abrangentes, alinhando-se com experiências socialistas mais amplas levadas a cabo em África durante a Guerra Fria. Contudo, tal como sucedeu em casos semelhantes no continente, a FRELIMO enfrentou desafios significativos, sendo o principal deles as limitações – incluindo interferências directas – impostas pelo sistema capitalista global dominante, que oferecia pouco espaço para a experimentação socialista. A nacionalização abrupta das indústrias e a colectivização da agricultura promovidas pela FRELIMO, associadas à má gestão económica e ineficiências sistémicas, agravaram os problemas do país. A escassez de quadros qualificados, acentuada pela saída em massa dos colonos portugueses, resultou em importantes constrangimentos administrativos e técnicos. Além disso, a forte dependência do controlo estatal reprimiu a iniciativa privada e contribuiu para o agravamento da estagnação económica.

Parte dos desafios externos de Moçambique resultou do seu envolvimento nas rivalidades da Guerra Fria. A FRELIMO alinhou-se com a União Soviética e Cuba, enquanto os vizinhos Rodésia (actual Zimbabué) e África do Sul sob o regime do apartheid apoiaram a insurgência anticomunista da RENAMO. A subsequente guerra civil (1977–1992) devastou tanto a economia como o tecido social do país, comprometendo gravemente a capacidade da FRELIMO de concretizar a sua visão socialista. A experiência da FRELIMO foi, em certa medida, análoga a de outros Estados africanos socialistas. Tal como o Ujamaa de Julius Nyerere na Tanzânia, o processo de colectivização agrícola em Moçambique fracassou na consecução da auto-suficiência alimentar. E, à semelhança do regime Derg na Etiópia, a FRELIMO enfrentou insurgências armadas que desestabilizaram a sua governação. Contudo, ao contrário da Etiópia, a liderança socialista moçambicana recorreu menos a expurgos autoritários e mais à mobilização de massas para sustentar o seu poder. No fim da década de 1980, o modelo socialista de Moçambique colapsaria sob o peso da prolongada crise económica, da guerra civil e da crescente pressão internacional. Em 1990, a FRELIMO abandonou oficialmente o marxismo, adoptou a democracia multipartidária e iniciou reformas orientadas para o mercado, alinhando-se com uma tendência continental mais ampla de transição para modelos de governação pós-socialistas em África.

Em retrospectiva, a experiência marxista da FRELIMO pode ser interpretada como uma tentativa audaciosa, embora em última instância falhada, de transformação radical. Apesar de ter promovido avanços sociais significativos em domínios como a educação e a saúde, as suas políticas económicas revelaram-se insustentáveis, e a prolongada guerra civil comprometeu gravemente o progresso. A experiência da FRELIMO evidencia os desafios mais amplos enfrentados pelos países africanos na implementação de modelos socialistas em contextos pós-coloniais, especialmente em cenários marcados por fragilidade económica, pressões geopolíticas e oposição interna.

O contexto delineado neste editorial é útil para enquadrar as intervenções reunidas neste número especial do *Bulletin*. Este número especial reúne as vozes de um conjunto de intelectuais moçambicanos que se debruçaram sobre a violência pós-eleitoral. As suas análises devem ser lidas à luz de uma sociedade profundamente polarizada, na qual visões políticas acentuadas competem com o rigor analítico como critérios de validação das afirmações. Os autores aqui reunidos possuem perspectivas políticas distintas e, nesse sentido, representam um amplo leque de posições no panorama moçambicano.

Elísio Macamo, editor convidado deste *Bulletin*, debruça-se sobre o paradoxo da violência como força destrutiva e, simultaneamente, como meio de afirmação da cidadania em Moçambique. Egna Sidumo analisa o fracasso do diálogo pós-eleitoral no país, argumentando que a desconfiança política enraizada e as fragilidades institucionais impedem a consolidação democrática efectiva. Rui Miguel Lamarques e seus co-autores examinam os atrasos históricos e políticos que têm dificultado o desenvolvimento de Moçambique, ao passo que Tomás Vieira Mário discute o papel da imprensa moçambicana na cobertura de eleições marcadas por elevado risco.

Tomás Timbane avalia os mecanismos jurídicos de contestação e validação dos resultados eleitorais em Moçambique, com especial atenção à eficácia judicial e à integridade eleitoral. Ruth Castel-Branco analisa questões mais amplas de desigualdade, desemprego e agitação social impulsionada pela pobreza generalizada – uma das causas subjacentes da crise pós-eleitoral. Dilman Michaque Gabriel Mutisse, por sua vez, examina o impacto das redes sociais nos protestos em Maputo, explorando de que forma as plataformas digitais moldam o activismo, a mobilização e o discurso político. Em uma inversão disciplinar interessante, Katia Taela analisa o clima político pós-eleitoral em Moçambique a partir da antropologia feminista, discutindo as respostas intelectuais e activistas às crises em curso. Por fim, Egídio Chaimite apresenta um panorama das incertezas políticas e económicas em Moçambique, oferecendo reflexões sobre os possíveis desenvolvimentos e desafios futuros.

Godwin R. MURUNGA
Executive Secretary
CODESRIA

&

Patrícia Godinho GOMES
Programme Officer
CODESRIA

* Este editorial foi originalmente escrito em inglês